



Estado de Sergipe  
Administração Estadual do Meio Ambiente



LICENÇA AMBIENTAL



A Administração Estadual do Meio Ambiente - Adema, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso VIII, da Lei Estadual nº 5.057, de 7 de novembro de 2003, atendendo ao requerimento relativo ao Processo 2024/TEC/LPPE-0120, outorga a presente

**Licença Prévia de Perfuração Nº 81-3/2024**

em favor de PETROM PRODUCAO DE PETROLEO E GAS LTDA, CNPJ nº 32.137.521/0001-81, sediado na Praça XV De Novembro, 20 - Sala 502, Centro, Rio De Janeiro, RJ, CEP 20.010-010, **para perfuração do poço terrestre 7-RB-4D-SE (Prospecto 36-SW) localizado no Campo Rabo Branco, nas coordenadas geográficas UTM DATUM SIRGAS 2000, MC 39º: N=8804411 / E=0714245, Zona Rural, município de Santo Amaro das Brotas/SE.**

**Considerações Gerais**

01. Esta Licença Prévia de Perfuração foi emitida às 15:07:05 do dia 07/10/2024, com validade por 03 anos, vencendo-se em 07/10/2027.
02. O código de controle desta licença é **<291dba5599f0f700e60ef9a35b58323f>** e a sua aceitação está condicionada à autenticidade a ser conferida na internet no endereço eletrônico <http://www.adema.se.gov.br>, e à não existência de rasura.
03. Esta licença não exclui nem substitui outras licenças, caso exigidas por força de legislação federal, estadual ou municipal.
04. O não cumprimento das obrigações e das condicionantes aqui estabelecidas implicará na adoção das penalidades previstas em lei.
05. Na hipótese do requerimento de renovação da presente licença não ser deferido até antes do final de sua vigência, ao empreendedor somente será garantido o direito à prorrogação automática da licença, caso o requerimento de renovação venha a ser feito em até 120 (cento e vinte) dias antes do seu término.
06. A Adema, mediante decisão motivada, a requerimento do empreendedor ou por ato de ofício, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente licença, se ocorrer:
  - a) Violação de normas ambientais;
  - b) Inadequação de quaisquer condicionantes;
  - c) Omissão ou falsa descrição de informação relevante que poderia subsidiar ou subsidiou a outorga da presente licença;
  - d) Superveniência de grave risco ao meio ambiente e/ou à saúde pública;
  - e) Superveniência de normas técnicas e legais sobre a matéria;
  - f) Presença de zona aquífera e ecossistemas cavernícolas não detectados na prospecção do terreno.

**Obrigações do empreendedor**

01. Dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar a partir desta data, o empreendedor deverá providenciar a publicação no Diário Oficial do Estado, o extrato deste instrumento de licença, conforme modelo disponibilizado, devendo encaminhar à Adema um exemplar do jornal contendo a publicação.



Licença: 81-3/2024

Código: 291dba5599f0f700e60ef9a35b58323f

## Condicionantes

1. O empreendedor deverá no prazo de 30 (noventa) dias a contar a partir desta data, afixar placa alusiva à licença ambiental, em local visível, de preferência próximo do acesso ao empreendimento, nas dimensões mínimas de 0,50 m de largura por 0,70 m de altura, conforme modelo e instruções fornecidos pela Adema.
2. Esta licença refere-se à perfuração do poço terrestre 7-RB-4D-SE (Prospecto 36-SW), localizado no Campo Rabo Branco, nas coordenadas geográficas UTM DATUM SIRGAS 2000, MC 39°: N=8804411 / E=0714245, Zona Rural, município de Santo Amaro das Brotas/SE, conforme procedimentos constantes no RCE – Relatório de Caracterização do Empreendimento.
3. O empreendimento somente poderá entrar em operação após emissão pela ADEMA da respectiva Licença de Operação, que será fundamentada nas vistorias efetuadas no local.
4. Para a realização das vistorias que tratam o item anterior, a empresa deverá comunicar à ADEMA, por escrito, a data do término das obras de implantação do empreendimento, com o objetivo de compatibilizar o referido projeto.
5. Por ocasião da solicitação da Licença de Operação, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
  - a) Relatório circunstanciado sobre o descarte dos resíduos sólidos da construção civil, de acordo com o plano apresentado e Resolução Conama n.º. 307/02, anexando os comprovantes de recepção final emitidos por empresa devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente.
  - b) Relatório Final de Implantação do empreendimento, contendo registro fotográfico, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.
  - c) Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS para operação do empreendimento, de acordo com as normas específicas, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do responsável por sua elaboração.
  - d) Plano de Operação e Manutenção do Empreendimento, elaborado por profissional devidamente qualificado, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.
  - e) Plano de Atendimento à Emergência, elaborado por profissional devidamente qualificado, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.
6. Em caso de achados arqueológicos deverá paralisar, imediatamente, as obras e comunicar a Superintendência do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do estado de Sergipe.
7. Os poços que estiverem em áreas urbanas deverão obedecer aos horários diurnos da atividade de operação, em atendimento às emissões sonoras determinadas pelas ABNT NBR n.º 10.151/2019 e n.º 10.152/2017, referenciadas pela Resolução CONAMA n.º 01/1990.
8. Os poços deverão ser conectados ao alimentador de rede elétrica responsável pela alimentação do campo ao qual se encontram inseridos e compatibilizados com a licença ambiental expedida da região, para efeito de atualização da licença.
9. Deverão ser aplicadas todas as medidas mitigadoras, de proteção contra poluição, conforme Planos e Programas implantados da Estação Coletora de Petróleo e Gás EC-GALP-36-SE.
10. Deverá ser implementado o Programa de Comunicação Social para informar as comunidades sobre as atividades que serão realizadas e evitar incidentes através da conscientização sobre os riscos envolvidos.
11. A realização dos trabalhos para a perfuração do empreendimento fica condicionada à liberação da(s) área(s) envolvida(s) pelo(s) proprietário(s) superficiário(s).
12. A empresa, quando da execução dos trabalhos para a perfuração do poço terrestre 7-RB-4D-SE (Prospecto 36-SW), deverá obedecer às determinações executivas dos órgãos públicos municipais.



Licença: 81-3/2024

Código: 291dba5599f0f700e60ef9a35b58323f

### Condicionantes

13. A empresa deverá manter a integridade das Áreas de Preservação Permanente – APP, conforme preconiza a Lei Federal nº 12.151/2012.
14. O sistema de produção e escoamento de fluidos utilizados na perfuração do poço terrestre 7-RB-4D-SE (Prospecto 36-SW) deverá ser do tipo fechado com recirculação permanente entre o reservatório e os tanques de armazenamento.
15. Todo escoamento de óleo deverá ser feito por duto revestido como forma de minimizar a ocorrência de acidentes.
16. A empresa deverá instalar sanitários químicos no local de trabalho das locações de acordo com as necessidades que se apresentarem perante o seu quadro efetivo, de empresas devidamente licenciadas na Adema.
17. As empresas que efetuarão o transporte dos produtos e resíduos perigosos, utilizados e gerados nas atividades da empresa deverão estar licenciadas por órgão ambiental competente.
18. A empresa fica permanentemente vedada de:
  - a) Acender fogueiras no local dos serviços, bem como a elaboração de alimentos para refeição, devendo toda a alimentação fornecida ser de origem externa.
  - b) Realizar obras de infraestrutura no local dos serviços.
19. A empresa deverá dar tratamento e acondicionamento dos resíduos gerados pela atividade para empresas devidamente licenciadas por órgão ambiental competente, tendo como prioridade a destinação para o coprocessamento. Os resíduos domésticos deverão ter destinação de acordo com a especificação do material.
20. Qualquer alteração relativa à instalação do poço quanto à base e acesso deverá ser encaminhada à Adema, acompanhada da respectiva justificativa, para análise.
21. Todos os resíduos líquidos e sólidos qualificados como perigosos ou não, gerados nas suas atividades deverão ter suas destinações de acordo com os Planos e Programas implantados da Estação Coletora de Petróleo e Gás EC-GALP-36-SE.
22. A empresa se responsabilizará por quaisquer derramamentos de óleos, graxas, águas produzidas (associadas) e/ou outro qualquer contaminante, pelo qual adotará todas as medidas cabíveis com vista a prevenir acidentes.
23. Constatando a inviabilidade do poço, a empresa deverá requerer à Adema uma Autorização Ambiental para o encerramento das atividades, apresentando relatório técnico com os motivos, procedimentos de abandono de poço, conforme a Resolução ANP nº 817/2020.
24. Toda a área da locação do poço e o seu respectivo acesso deverá ser sinalizada, em conformidade com a necessidade de advertir e educar a comunidade nas proximidades do empreendimento.
25. Todos os procedimentos de segurança interagidos ao meio ambiente deverão ser cumpridos para não expor ao risco a operação do empreendimento, em conformidade com as normas vigentes.
26. A empresa responderá civil, penal e administrativamente por danos causados à vida, à saúde e ao meio ambiente em decorrência do uso inadequado desta licença.
27. Qualquer situação de emergência relativa aos procedimentos na perfuração do empreendimento e outras condições estabelecidas nesta licença, deverá ser comunicada à Adema dentro de 24 (vinte e quatro) horas seguintes ao fato, com descrição das causas e providências tomadas para sua correção, não isentando a empresa da aplicação das penalidades cabíveis, conforme Resolução ANP nº 44/2009.
28. Qualquer alteração relativa aos trabalhos para a perfuração do poço terrestre 7-RB-4D-SE (Prospecto 36-SW), deverá ser encaminhada à Adema, acompanhada da respectiva



Licença: 81-3/2024

Código: 291dba5599f0f700e60ef9a35b58323f

### Condicionantes

---

justificativa, para análise.

29. No caso de desativação, a empresa fica obrigada a apresentar plano de encerramento das atividades, a ser aprovado pela Adema.
30. Qualquer alteração e/ou ampliação na área e/ou atividades da empresa e/ou mudança de titularidade do empreendimento deverão ser previamente apresentada à Adema para a respectiva avaliação.

